

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO
DE PAIVA, REALIZADA NO DIA VINTE E
OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E OITO. _____

_____ Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e oito, pelas nove horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de José Manuel Lopes de Almeida, Presidente da Assembleia, secretariada por João Fernando Barbosa Dias e Manuel da Silva Moreira, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pelo funcionário da Câmara Municipal Fernando João Marante Cardoso. _____

_____ **ORDEM DE TRABALHOS:** _____

_____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** _____

- _____ 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIA DE 5.12.2007 E ORDINÁRIA DE 27.02.2008; _____
- _____ 2. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. _____

_____ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** _____

- _____ 1. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO; _____
- _____ 2. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2007; _____
- _____ 3. REGULAMENTO DO CARTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA. APROVAÇÃO; _____
- _____ 4. TOMADA DE POSIÇÃO. PORTAGENS NA SCUT DO GRANDE PORTO; _____
- _____ 5. PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

_____ Presentes os membros: Alfredo Trindade Rocha; Abel Duarte Barbosa; Antero Gaspar de Paiva Vieira; António da Costa e Cunha; António da Silva Pinto; António Luís da Silva Rodrigues; António Santos Rodrigues; Arlindo Manuel da Silva Alves; Carlos Alberto Carmo Teixeira; Cristiano da Silva Ferreira; Henrique Martins Alves;

João Pedro Nogueira Costa Campos; João Vitorino Martins de Almeida Moreira; Joaquim da Silva; José António Costa Moreira Rocha; José António da Silva Rocha; José Carlos Trindade de Vasconcelos; José Mendes Vieira Pinto; José Moreira de Araújo; Júlio Alves; Luís Filipe Cardoso Valente; Manuel Duarte Mendes; Manuel Emílio Santos; José António Nunes Oliveira, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

____ Presenças da Câmara Municipal: Presidente da Câmara, Paulo Teixeira. Vereadores: Rui César Castro; Lino Pereira e Gonçalo Rocha.

____ Faltaram os membros: António Gouveia Coelho; Rui António Monteiro Gomes Paiva e José Vieira Gonçalves por motivo de doença, tendo sido justificado a sua ausência.

____ Presentes os seguintes requerimentos dos membros: - Daniel António Correia Mendes da Rocha no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais, pelo período de trinta dias.

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto João Vitorino Martins de Almeida Moreira;

____ - Antenor Moreira Tavares no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivo de doença, pelo período de sessenta dias. E o requerimento do cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista do P.S.D., Helena Maria Moreira Soares no qual também solicita, por motivos profissionais, a suspensão do seu mandato pelo período de 30 dias.

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar as referidas suspensões e justificar a falta do cidadão supra mencionado ao acto de substituição do respectivo membro. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Joaquim Silva;

____ - Maria de Lurdes de Bessa Sousa no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais, pelo período de cinco dias.

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99,

de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Cristiano da Silva Ferreira;

_____ - Sérgio Fernando Pinto Ribeiro Gouveia no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais, pelo período de sete dias.

_____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Arlindo Manuel da Silva Alves;

_____ - Fernando de Paiva Vieira no qual solicita a suspensão do seu mandato, por motivos profissionais, pelo período de cinco dias.

_____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto António da Silva Pinto;

_____ - Alfredo José Fernandes Gonçalves no qual solicita a sua substituição, por motivos profissionais, pelo período de cinco dias. E o requerimento dos cidadãos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista do P.S., Fernando Manuel Pinto Silva, Manuel Joaquim Rocha de Carvalho e Pedro Miguel de Jesus Mendes, no qual solicitam a justificação das suas faltas.

_____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida ausência e justificar as faltas dos cidadãos supra mencionados ao acto de substituição do respectivo membro. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto José Carlos Trindade Vasconcelos.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

_____ 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIA DE 5.12.2007 E ORDINÁRIA DE 27.02.2008.

_____ Presente a acta da sessão extraordinária de 5.12.2007, de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal.

_____ A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com vinte e dois votos a favor, e três abstenções aprovar a respectiva acta.

_____ Presente a acta da sessão ordinária de 27.02.2008, de que foi

previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal.

O membro Antero Gaspar teceu comentários sobre a acta, dizendo que ela deveria ser mais pormenorizada e fez a leitura da sua proposta de alteração que entregou à Mesa. Referiu que se a acta for alterada a sua proposta ficará prejudicada.

O membro Manuel Mendes manifestou a sua discordância em relação à proposta de alteração da acta.

O Presidente da Assembleia referiu que não interferiu na feitura da acta, que esta é retirada para reformulação na parte referida por Antero Gaspar e que o funcionário iria transcrever conforme está na gravação. Acrescentou que a lei refere que as actas devem conter o resumo do que de essencial se tiver passado.

2. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

O Presidente da Assembleia informou que a Câmara Municipal solicitou a introdução do seguinte novo ponto na Ordem de Trabalhos: - **“Moção sobre o IC 35”**.

A Assembleia deliberou por unanimidade autorizar a sua introdução e incluí-lo no ponto 4 por serem assuntos análogos.

Usaram da palavra por ordem de inscrição na mesa, os membros: José António Rocha chamou a atenção da Câmara e das Juntas de Freguesia de Santa Maria de Sardoura e de S. Martinho para a perigosidade dos matos e eucaliptos na estrada da Fontela-Sardoura, e na estrada de Vila Verde-Sardoura o perigo que são as curvas do Gestal e da “Pincha” solicitando a colocação de railes de protecção. Deu conta que no referido local, do Gestal, estão a retirar pedras de suporte da estrada, e lembrou, para não acontecer o mesmo que aconteceu há tempos atrás, em que referiu numa Assembleia Municipal que estavam, na estrada de Vila Verde-Sardoura, a destruir aquedutos e alguém foi dizer ao dono de uma obra particular em construção, em frente a um desses aquedutos, que fez queixa dele neste órgão.

Presidente da Junta de Freguesia da Raiva referiu que a estrada de Carvalho Mau-Serradelo se encontra num estado caótico, solicitando à Câmara Municipal muita atenção para o problema. Disse que no sábado

faltou a água no Bairro de Sta. Bárbara em Folgoso, opinando que é devido a rupturas no depósito de água e que este deve ter uma rápida intervenção. Questionou a C.M. sobre o ponto de situação do saneamento na Freguesia da Raiva e sobre o projecto de ligação de Lavagueiras à A42.

_____ Antero Gaspar disse que na última sessão da AM de 21.12.2007 questionou o Presidente da Câmara sobre a inspecção da IGAL e foi-lhe respondido que a inspecção era ordinária e compreendia os mandatos dos Presidentes Paulo Teixeira, Joaquim Quintas e Antero Gaspar. Acrescentou que questionou o Inspector-geral da IGAL e a resposta foi diferente, que a inspecção era respeitante ao período de 1 de Julho de 2003 até Dezembro de 2007. Lamentou este tipo de informações enviesadas e muitas vezes contrárias àquilo que se passa. Por uma questão de rigor de informação, em prol da verdade e na qualidade de membro da Assembleia solicita efectivamente mais eficiência e colaboração da prestação de informações por parte da CM e do seu Presidente que deverá ter uma postura de colaboração e verdade da informação para poderem todos construir uma Terra que seja cada vez melhor. Referindo-se à acta da última sessão citou que o Presidente da AM disse que moveu três processos, um contra ele e dois contra o membro José António. Que na altura não compreendeu bem e para clarificar pediu certidões ao Tribunal de Castelo de Paiva e o único processo relacionado com o Dr. Lopes de Almeida diz respeito a um processo que moveu contra ele e Rodrigo Pereira.

_____ Presidente da Assembleia esclareceu que ele moveu um processo contra a Comissão Política, que eram doze, alguns deles estão na sala, e que chegaram a acordo tendo sido arquivado.

_____ Antero Gaspar insistiu que era preciso explicar para poderem construir a história com factos exactos.

_____ Presidente da Assembleia mencionou que a referência feita na última AM foi a título de exemplo. Sublinhou que Antero Gaspar preocupa-se muito com os acessórios e o folclore político, prima pela bagunçada onde faz questão de marcar presença. Aproveita-se do púlpito da Assembleia e depois a Rádio Paivense transmite tudo, como é hábito, dando-lhe todo o tempo de antena. Disse que ele não se

preocupa com as questões fundamentais, e que nunca é visto a visitar as boas obras do Concelho, nem marca presença nas inaugurações de obras importante como: - para a infância, a terceira idade, das vias de comunicação e nas obras das Juntas de Freguesia. Que ao contrário dele há pessoas do Partido Socialista, Lino Pereira e Gonçalo Rocha que acompanham as obras. Dirigindo-se à Rádio Paivense presente comentou que ela deveria ser isenta e passar também a sua intervenção.

_____ Antero Gaspar dirigindo-se ao Presidente da AM disse que está na Assembleia para defender os interesses de Castelo de Paiva e sabe que isso os incomoda, assim como os temas e a abordagem de questões importantes do Concelho. Incomodam o Presidente da Assembleia e o Presidente da Câmara. Que a defesa dos interesses de Castelo de Paiva e a opinião que têm é um direito de cada um e responderão junto dos paivenses. Essas respostas têm a ver com opiniões diversas e nessas opiniões diversas não estão de acordo. Defende um projecto de desenvolvimento diferente daquele que está a ser seguido em Castelo de Paiva, e as obras não são tão significativas que uma presença faça alguma diferença, e que infelizmente o Concelho está parado. Pensa que não há memória na história de um retrocesso tão grande e opinou que deve haver um rumo, uma estratégia. Salientou que nunca se calará independentemente das manipulações e malabarismos que possam existir no contra ponto do debate. Referiu-se à certidão do Tribunal e ao processo que moveu contra Lopes de Almeida e Rodrigo Pereira, que culminou num acordo em 1990, após as eleições de 1998 onde foi caluniado, difamado e injuriado a todos os níveis. Tendo sido essa a causa de processos que foram intentados na altura contra a Comissão Política e que o único processo que houve em relação ao Dr. Lopes de Almeida foi ele que o moveu.

_____ Presidente da Junta de Freguesia de Real pediu à Câmara Municipal esclarecimentos sobre o alargamento da Ponte das Travessas e da estrada municipal das Castanheiras. Questionou qual o ponto de situação do projecto da nova Escola de Real, do processo da Barragem do Seixo e da situação do saneamento na Freguesia de Real. Relativamente ao saneamento se houve alterações na parte baixa de Real, se vai levar uma conduta junto ao Rio Sardoura e se irá levar uma

Estação de Tratamento primário no lugar das Castanheiras. Alertou para a situação do saneamento na Urbanização do Vale da Mota que corre a céu aberto, incomodando os moradores e quem circula na EN 224. Sensibilizou o Executivo para a queda de um muro que ocorreu recentemente junto ao cemitério de Real o que está a condicionar o trânsito entre a parte central da Freguesia e o lugar de Nojões. Saudou a C.M. porque viu recentemente num jornal a publicação do concurso para adjudicação do projecto da Zona Industrial da Cruz da Carreira e que é desejo de todos que essa Zona Industrial em breve esteja concretizada.

____ Presidente da Junta de Freguesia de S. Maria de Sardoura manifestou a sua congratulação pela iluminação do Monte de S. Gens e pela assinatura, no passado dia 18, do contrato de participação financeira no âmbito do Programa PARES para a criação de um Lar e uma Creche no Centro Social de S. M.^a de Sardoura. Transmitiu uma palavra de agradecimento à Direcção do Centro Social pelo empenho e dedicação que têm demonstrado ao longo do tempo. Solicitou à Câmara Municipal esclarecimentos sobre a Variante à EN 222, qual o ponto de situação dos trabalhos previstos no protocolo assinado entre a Autarquia e o IEP, relativo aos caminhos paralelos, caminhos, estradas e muros danificados, águas pluviais e a rotunda de Estação. Questionou o Executivo sobre as casas de banho junto ao Monumento do “Anjo” e em que fase se encontra o projecto da Casa Mortuária da Freguesia de Sardoura.

____ João Vitorino Moreira realçou a colocação de piso sintético no Campo Municipal da Boavista como um bem para a prática desportiva.

____ Antero Gaspar entregou à Mesa o seguinte requerimento/proposta, e deixou à consideração do Presidente da A.M. colocá-lo ou não à votação: *“Tendo em conta que: - Os diversos requerimentos e apelos feitos na A.M., apresentados pelos membros eleitos pelo Partido Socialista, em representação do G.M. do P.S. nesta A.M., solicitando a consulta de processos de obras particulares e loteamentos urbanos, não mereceram as respostas adequadas para a sua concretização, por parte do Senhor Presidente da Câmara; - o requerimento apresentado pelo G.M. dos eleitos do P.S., solicitando*

cópias de documentos do Projecto da Feira de Castelo de Paiva, não mereceu qualquer resposta por parte do Senhor Presidente da Câmara; O Grupo Municipal dos eleitos do P.S. nesta A.M. requer à Mesa da Assembleia Municipal que seja enviada a presente proposta ao Inspector Geral da IGAL, acompanhada de cópias dos requerimentos referidos, no sentido do cumprimento da legalidade e do cabal exercício das competências de acompanhamento e fiscalização da Gestão do Executivo Municipal, por parte dos membros da Assembleia Municipal. Castelo de Paiva, 28 de Abril de 2008. O Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, Antero Gaspar de Paiva Vieira.”

____ Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas: - disse que a estrada de Serradelo-Carvalho Mau com o alargamento que tem vindo a ser feito faz com que o piso não esteja igual dos dois lados, e a Câmara Municipal, dentro das suas possibilidades irá tentar minimizar o problema. Sobre o saneamento no Concelho mencionou que existe um Grupo de Trabalho eleito em AM e que as Águas do Douro & Paiva estão a fazer os estudos tendentes à sua apresentação; que foi adjudicado ao consórcio liderado pela empresa Noraqua a elaboração desses mesmos projectos. Têm efectuado reuniões de trabalho e logo que os projectos estejam concluídos serão apresentados aos autarcas. Irão ver o que se passou sobre a questão da água no Bairro de St.^a Bárbara. Disse que a informação que têm sobre a ligação da Variante à EN 222 há A42, no território situado na Freguesia de Lomba, concelho de Gondomar é que o projecto não existe e não está nada previsto. Tiveram conhecimento em Lisboa, junto da anterior Administração das Estradas de Portugal, que foi aberto concurso no dia 21 de Fevereiro de 2001 para o projecto Covide-Canedo que ligaria a seguir há Ponte do Inha à antiga A24, agora A42 e que o Governo abdicou desse projecto. Actualmente foi feita uma concessão da A42, de Oliveira de Azeméis até Gondomar, com uma nova travessia no Rio Douro a montante da Barragem de Crestuma. Informou a Assembleia de que neste momento a perspectiva que têm, de acordo com a vontade do Governo, é que a Variante à EN 222 termina naquele morro. Solicitou

aos membros da AM que se tivessem alguma informação complementar e pudessem sensibilizar o Governo porque já levou lá o actual Secretário de Estado das Obras Públicas, em Novembro de 2006, e ele perguntou porque a variante terminava naquele morro e disse-lhe que do outro lado era concelho de Gondomar. Que aquela estrada tinha sido assumida no Plano Rodoviário Nacional e competia ao Governo continuar e ele disse que ia envidar esforços. Os ofícios que têm enviado para o Secretário de Estado das Obras Públicas não tiveram resposta apenas dos ofícios remetidos para o Ministro das Obras Públicas é que receberam a informação de que foram encaminhados para o Secretário de Estado.

_____ Relativamente às referências de Antero Gaspar, e acha que é bom que se fale com rigor, citou que a Inspecção Ordinária ao Município, que está a decorrer comprehende efectivamente o período que referiu, mas também comprehende e estão a analisar todas as queixas pendentes na IGAT que abrangem mandatos de Antero Gaspar, Prof. Quintas e Paulo Teixeira. Que os inspectores acabaram sensivelmente há dois meses a inspecção ordinária ao Município e continuam cá porque têm queixas pendentes de situações anteriores que estão a analisar, por isso não mentiu nem faltou à verdade e Antero Gaspar sabe, porque já foi Presidente da Câmara, que uma inspecção ordinária para além das situações que vem analisar nesse âmbito, analisam também todos os processos pendentes. Não sabe quando eles vão terminar porque tem agora com ele mais duas queixas, uma de um camarada de Antero Gaspar e outra de outro munícipe. Referiu que Antero Gaspar devia ter o cuidado de preparar a Assembleia Municipal e não interromper, antes dela começar, cinco minutos para ver as actas; e que previamente deveria ter consultado os seus camaradas e não teria sido necessário dar-lhe esta resposta.

_____ Esclareceu, quanto à Ponte das Travessas em Real, que não há grandes alterações em relação àquilo que referiu na última Assembleia Municipal. Sobre a Barragem do Seixo foi-lhes proposta a realização de uma parceria para construção de uma pista de pesca desportiva. Em relação ao projecto da nova Escola de Real disse que está neste momento a ser concluído e está quase pronto para ser apresentado ao

Programa Operacional QREN. Quanto ao muro, informou que após serem contactados pelo Presidente da Junta de Real, tanto ele como o Vice-presidente encetaram esforços junto do proprietário para verem se com essa queda do muro conseguiam também alcançar um objectivo anterior que era alargar ali a estrada e já marcaram uma reunião para daqui a oito dias.

Sobre o Protocolo da Variante à EN 222 mencionou que neste momento a Estradas de Portugal está a proceder a uma razia, dos seus quadros, dos seus técnicos superiores e tem abrangido pessoas que nos últimos anos trabalharam em Castelo de Paiva. Acrescentou que o que está a referir está relacionado com a informação que lhe foi prestada por pessoas responsáveis desse empreendimento relativo ao protocolo assinado pela CM em Almada. Informou que os trabalhos complementares estão adjudicados à Empresa Monte Adriano que está a fazer alguns caminhos paralelos. Que o projecto da rotunda na Estação foi suspenso pela Administração da Estradas de Portugal e os projectos das passagens superiores disseram-lhe que estão em curso. Afirmou que estará na linha da frente e jamais receberá um membro do Governo para inaugurar aquela obra se as passagens superiores e o projecto da rotunda não estiverem em marcha. Que não vale a pena vir cá nenhum membro do Governo, já não vieram para a Variante à 224, não vieram para a Variante à 108, se não tiverem os trabalhos suplementares. Referiu ainda que quem vive no Porto e só vem às Assembleias Municipais não sabe a importância daqueles trabalhos, que é isso que importa debater, assim como ir aos respectivos lugares do Paraíso, da Raiva e de S. Maria de Sardoura para ver efectivamente que há agricultores que têm terrenos por trabalhar. Citou se tivessem ido ver os depósitos de água no lugar do Tapado constatavam que a estrada está cortada pela Variante à EN 222, ou passassem na estrada de acesso a Oliveira do Arda, junto ao cemitério viam que a ponte precisa de ser alargada. Afirmou que está muito preocupado com o cumprimento do Protocolo com a Estradas de Portugal porque neste momento não tem garantias de que ele seja cumprido antes da inauguração da Variante. Esses trabalhos complementares que já foram adjudicados no dia 18 de Fevereiro deste ano terão de estar concluídos no prazo de 120 dias após

a consignação que será no final de Junho, início de Julho. Alertou para o caso desses trabalhos não estarem concluídos, não estranharem se virem as pessoas abrangidas, dessas Freguesias, a fazerem coisas que normalmente se vêem na televisão. Relativamente às casas de banho do “Anjo de Portugal” a Associação de Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios, em Março deste ano, fez uma proposta que não era exequível para pessoas portadoras de deficiência e que era na parte que sobrou da Ponte Hintze Ribeiro, entre o Monumento e a actual Ponte. Sugeriu que fizessem uma reunião com a Associação, a Junta de Freguesia e a C.M., aguardando a sua marcação, para definir este assunto. Em relação ao projecto da Casa Mortuária para a Freguesia de S. Maria de Sardoura comentou que o estudo prévio está concluído, será edificada em terreno cedido pela Paróquia de S. M.^a de Sardoura e está neste momento a ser quantificado e avaliado o seu orçamento, o montante a investir, uma vez que há uma solução tripartida que vai ao encontro das necessidades da Freguesia.

O membro Antero Gaspar reforçou novamente que o período de inspecção da IGAL, está compreendido entre 1/07/2003 e 20/12/2007, e que a inspecção poderá analisar e concluir do ponto de vista da legalidade, processos de anteriores executivos. Opinou que o Presidente de Câmara, Paulo Teixeira, pretendeu passar a imagem de que os executivos de há 12, 15 e mais anos estão a ser inspecionados, como se fosse uma verdade, mas não é, é uma mentira e uma falsidade. Acrescentou que ele quis passar isso para a opinião pública. Contrapôs a referência do Presidente da CM a “trabalhos de casa”, dizendo que nunca fez uma crítica aos “trabalhos de casa” da Câmara e que de uma forma sistemática lhes apresentam nos dias das sessões da A.M. a informação da Actividade do Município. Elucidou que está previsto no Regimento o pedido de reuniões prévias e que é importante para o funcionamento e eficácia da Assembleia, reunirem os Grupos Municipais em benefício do funcionamento do órgão. Sobre a Variante à EN 222 e as alusões do Presidente da Câmara a questões pontuais disse, que estão todos de acordo que se façam as passagens superiores, se construam os caminhos paralelos e os acessos que ainda não estão feitos e ele é o primeiro a referir e a considerar da maior importância

que essas questões sejam resolvidas. Cooperarão no sentido de que seja feita pressão junto dos Serviços da Estradas de Portugal. Alertou que Paulo Teixeira nos tempos dos Governos de Durão Barroso e de Santana Lopes nunca o ouviu a fazer críticas, a nível do Governo, que as obras estavam completamente paradas porque isso não lhe dava jeito. Que as obras feitas na Variante à EN 222 e na EN 224 foram no período de António Guterres e avançaram agora no período do Eng. Sócrates, portanto nos Governos Socialistas a nível central, sendo esta a verdade dos factos.

____ O Presidente da Câmara referiu que tem alguma dificuldade em explicar as situações para quem está ausente do Concelho, que a imprensa escrita transmite melhor do que as palavras que vai dizer e alguma dessa imprensa também não é lida no Rio de Janeiro. Esclareceu que a Informação da Actividade da CM está desde quinta-feira disponível, na página da Câmara Municipal, na Internet. Sobre a Variante à EN 222 disse que era completamente falso o que foi citado aqui, chamando atenção para o que referiu no dia da abertura do concurso da obra da variante que se está hoje a falar, foi no dia da inauguração do “Anjo de Portugal” e que saiba Antero Gaspar não esteve presente. Foi publicado naquele dia no Jornal de Notícias, só depois saiu no Diário da República e Era Secretário de Estado das Obras Públicas o Dr. Vieira de Castro. O Processo de concurso desenrola-se durante o Governo do Dr. Durão Barroso, Dr. Santana Lopes e do Eng. José Sócrates e, conforme já disse em Assembleia, sobre a Rotunda da Estação, corre-se o risco de já vir a ser outro Governo em 2009, porque não foi aberto concurso para o projecto e demora 5 a 6 meses, outros tantos para abrir concurso de execução da obra e assim não estará feita na vigência deste Governo. Chamou atenção para verem e reverem os jornais da altura, o que disse ao Dr. Durão Barroso, neste Salão Nobre, sobre a Variante à EN 222, aos sucessivos Governos e à Dra. Maria José Constâncio que visitou o Concelho, onde esteve presente, a convite da Câmara, como Governador Civil, o Dr. Antero Gaspar, e foram visitar o complexo Mineiro. Mencionou para verem o que lá foi dito em 1999 porque não alterou nem uma vírgula ao discurso dessa altura. Comentou que não é

recebido e a Comunidade Urbana do Vale do Sousa também não pelo Ministro e pelo Secretário de Estado das Obras Públicas, não podendo ele, o Ministro, afirmar que não recebe autarcas porque há menos de 2 meses recebeu o Presidente da Câmara de Cinfães. Considera que há discriminação por parte do Governo em relação a Castelo de Paiva, com respeito a acessibilidades porque todas as pessoas envolvidas no processo da Variante à EN 222 foram demitidas ou foram saneadas da Estradas de Portugal, incluindo o Director de projectos da obra. Disse na semana passada, num canal público de televisão, que felizmente há outros membros do Governo, noutras áreas, que não se esqueceram de Castelo de Paiva. Afirmou que o problema é que às vezes existem pressões, sendo bom que se diga e lembrou que no tempo do Dr. Jorge Coelho estiveram um ano à espera que aceitasse um convite para vir a Castelo de Paiva inaugurar o troço da Variante à EN 222, entre Lavagueiras e Pedorido, mas que ninguém veio, e depois que caiu a Ponte Hintze Ribeiro vieram cá todos num corrupio. Há um mês e meio enviou uma carta ao Presidente da Estradas de Portugal, Dr. Almerindo Marques, a saber o ponto de situação do Protocolo e não responderam assim como também não os recebem. Opinou que a Assembleia Municipal deveria tomar uma posição, como tomou em relação ao IC 35 e estão a tomar todos os municípios em volta se não, corre-se o risco, daqui a 3 ou 4 meses começar a campanha eleitoral, para as legislativas e esquecerem-se desta estrada porque Castelo de Paiva e Cinfães não elegem um Deputado.

O membro Antero Gaspar disse que se o Presidente da Câmara tem problemas com o Governo deveria procurar resolve-los porque são questões que dizem respeito ao bom relacionamento entre ambos. Sobre as obras e para clarificar disse que estão presentes na sala Vereadores que na altura faziam parte do Executivo, e sabem muito bem que o período que se passou depois de 2002 foi muito mau para Castelo de Paiva em termos de execução de obras da Administração Central, e que só avançaram no terreno com o Eng. Sócrates.

O Presidente da Câmara refutou as palavras de Antero Gaspar dizendo que é mentira e que ele anda desfasado do Concelho.

O Presidente da Assembleia referiu que é testemunha pessoal

assim como muitos dos presentes, que neste mesmo salão membros do Governo do Dr. Santana Lopes estiveram cá, já em Governo demissionário, após o Presidente da República o ter demitido, a adjudicar a obra.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

Presente o ofício n.º 3574, de 24 de Abril de 2008, do Presidente da Câmara, contendo a informação da actividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 16 de Abril de 2008, acompanhada da relação de dívidas a empreiteiros e fornecedores que é nessa data de 8.422.772,77 (oito milhões quatrocentos e vinte dois mil setecentos e setenta e dois euros e setenta e sete cêntimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 14/04/2008, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 624.850,74 (seiscentos e vinte e quatro mil oitocentos e cinquenta euros e setenta e quatro cêntimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta acta.

O membro Antero Gaspar manifestou o seu descontentamento pela informação da actividade da C.M. não ter sido remetida em devido tempo e solicitou que futuramente fosse enviada em devido tempo conforme estipulado no Regimento.

O membro José António Rocha pediu esclarecimentos sobre as reuniões de trabalho com potenciais investidores que querem construir uma Central de Biomassa em Castelo de Paiva; e sobre a Assembleia de Escolas do Agrupamento Vertical de Castelo de Paiva por terem sido públicos diversos acontecimentos de violência entre Professores e alunos, como também a exclusão de uma lista para as eleições da Associação de Estudantes.

O Presidente da Câmara sobre a questão da Biomassa disse que em Castelo de Paiva foi constituída uma ZIF – Zona de Intervenção Florestal – que congrega mais de uma centena de produtores florestais assim como a Portucel, a Celbi e a Associação Florestal do Vale do

Sousa. O objectivo é a rentabilização e aproveitamento da floresta. Salientou que a satisfação da C.M. foi curta porque foi lançado, pelo Governo, um concurso para 15 Centrais de Biomassa no País, sendo uma em Castelo de Paiva, e o actual Governo, na véspera da abertura retirou desse concurso Castelo de Paiva e colocou lá dois municípios alentejanos. Acrescentou que o processo da ZIF continuou a decorrer, manco, e entretanto, independentemente do concurso dos 15, apareceram dois potenciais investidores que pretendem, cada um, criar uma Central, uma localizada entre Castelo de Paiva e Gondomar e outra localizada na Região de Lamego onde o Município entrava como parceiro fazendo um interposto no Cais Fluvial de Sardoura. Um deles perdeu o concurso e estão a efectuar esforços para que a mesma fique instalada no Concelho. Em relação ao Agrupamento de Escolas disse que a Câmara está lá representada pelo Vereador Manuel Rocha e que os assuntos tratados naquele órgão nem os próprios alunos quiseram que o nome deles viesse à praça pública e não será o Presidente da Câmara a falar neles. Sobre o processo do caso público de um Professor e um aluno está a decorrer a tramitação normal. Em relação às eleições internas para a Associação de Estudantes é uma situação que está a ser analisada dentro da Escola.

2. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2007.

A Câmara Municipal de acordo com a sua deliberação em reunião de 14.04.2008, remete à Assembleia Municipal para apreciação os documentos de prestação de contas elencados no anexo I, conforme n.º 1 da instrução II, da Resolução n.º 4/2001 da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, que se encontram integralmente elaborados e os quais se dão como integralmente reproduzidos, dado que nos termos da Lei, foram arquivados os respectivos originais na pasta anexa ao livro de actas, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. Constataram-se assim os seguintes montantes: Saldos transitados do ano de 2006 - Saldo por Conta de Execução Orçamental - 87.299,62 € (oitenta e sete mil duzentos noventa e nove euros e sessenta e dois céntimos). Saldo da Conta de Operações de Tesouraria - 37.995,94 € (trinta e sete mil novecentos noventa e cinco euros e noventa e quatro

cêntimos); Saldo das Contas de Ordem - 228.629,16 € (duzentos vinte e oito mil seiscentos vinte e nove euros e dezasseis céntimos);- Saldo da Conta de Documentos - 27.509,75 € (vinte e sete mil quinhentos e nove euros e setenta e cinco céntimos). Receita Orçamental - 10.072.838,76 €, (dez milhões setenta e dois mil oitocentos trinta e oito euros e setenta e seis céntimos); Despesa Orçamental – 9.885.005,30 €, (nove milhões oitocentos oitenta e cinco mil cinco euros e trinta céntimos); Entrada de Fundos por Operações de Tesouraria - 463.709,70 € (quatrocentos sessenta e três mil setecentos e nove euros e setenta céntimos); Saída de Fundos por Operações de Tesouraria - 463.402,33 € (quatrocentos sessenta e três mil quatrocentos e dois euros e trinta e três céntimos); - Entrada de Contas de Ordem - 21.187,93 € (vinte e um mil cento oitenta e sete euros e noventa e três céntimos); - Saída de Contas de Ordem - 17.874,52 € (dezassete mil oitocentos setenta e quatro euros e cinquenta e dois céntimos). Saldo por Conta de Execução Orçamental - 275.133,08 € (duzentos setenta e cinco mil cento trinta e três euros e oito céntimos); - Saldo da Conta de Operações de Tesouraria - 38.303,31 € (trinta e oito mil trezentos e três euros e trinta e um céntimos); - Saldo das Contas de Ordem - 231.942,57 € (duzentos trinta e um mil novecentos quarenta e dois euros e cinquenta e sete céntimos); - Saldo da Conta de Documentos - 24.213,53 € (vinte e quatro mil duzentos treze euros e cinquenta e três céntimos). Nos termos da Lei, foi proposto que a aplicação do resultado líquido do exercício fosse distribuído da seguinte forma: - 5% para constituição de ”Reservas Legais” e os restantes 95% para reforço do ”Património”. _____

_____ O Presidente da Câmara referiu que os documentos traduzem aquilo que foi o exercício da CM em 2007 e estão disponíveis para qualquer questão que queiram colocar. _____

_____ O membro Antero Gaspar disse que ia colocar uma questão prévia à Câmara Municipal que é a responsável pela elaboração dos documentos e que é fundamental, por razão de credibilidade desses documentos e da sua aprovação que se deseja, nos órgãos competentes, nomeadamente o Tribunal de Contas. Mencionou que há discrepâncias significativas de verbas que merecem uma explicação porque não existe essa informação no texto do Relatório de Actividades de 2007. Que

necessitam dessa explanação para poderem aquilatar efectivamente se os documentos estão de acordo com aquilo que tem sido a actividade da CM e que sem isso é impossível continuarem a debater esses documentos de Prestação de Contas. Solicitou então o fornecimento de relação detalhada das acções ou projectos que deixaram de constar nas contas 262, 263, 267 e 268, Outros Credores, entre 2006 e 2007, porque verificaram que em 2006 essa conta detinha um valor de um milhão oitocentos e setenta e dois mil euros, e que em 2007 tem apenas doze mil e oitocentos euros. Considera fundamental e essencial perceberem efectivamente quais as acções e os projectos que foram retirados, ou que foram liquidados, ou que foram lançados e quais esses lançamentos para diminuir o valor de um milhão oitocentos e setenta e dois mil euros de 2006, para doze mil e oitocentos euros em 2007. Acrescentou que deve ser fornecida a relação dessas contas e de outras contas eventualmente associadas que poderão ter reflexo em contas de proveitos que existem no Balanço.

O membro José António Silva referiu que na estrutura das despesas correntes em 2006, verificaram, comparativamente com dados de 2005 que houve uma diminuição. Em relação à continuação de 2007 para 2006 há de facto um aumento de 14,5% ao nível das despesas correntes. Questionou o porquê e qual a justificação.

O Vice-Presidente da Câmara, Rui César Castro, disse que comprehende que o PS tenha que levantar questões prévias, porque senão corria o risco de ter de votar as contas positivamente. Que efectivamente melhoraram a prestação e diminuíram os custos com o pessoal, aumentaram o investimento, diminuíram a dívida, e tudo que eram os fundamentos nos últimos anos para que o PS votasse contra o Relatório de Contas. Portanto como aparecem umas contas que traduzem isso mesmo, têm que vir com questões prévias para o folclore político e permitir votar contra essas contas. Da sua parte já está à espera do voto negativo do PS e que a contabilização, como outros credores, não tem obviamente responsabilidade política é uma questão técnica. Que tecnicamente pode dizer que não há no activo, nem no balanço contas de proveitos há só contas patrimoniais de terceiros e que não é verdade o que aqui se disse que tinha influência nos proveitos as

contas do balanço. Esclareceu que se tratou da reclassificação dessas contas e do que foi pago, por isso permite não aparecerem contabilizados o tal milhão, oitocentos e setenta e dois mil euros que Antero Gaspar fez questão de mencionar noutros credores. Mencionou que se querem a listagem detalhada dessa conta com todos os lançamentos, não é uma obrigação a que a C.M. está sujeita, não são documentos obrigatórios que têm que trazer à Assembleia, e isso poderá inviabilizar a votação das contas hoje. Em sua opinião é isso que politicamente o PS quer, porque as suas referências para votar contra era o aumento dos custos com o pessoal, a diminuição do investimento e o aumento da dívida, só que este ano esses indicadores são positivos portanto têm que arranjar outro artefacto ou questões prévias para impedir a discussão, análise e votação das Contas. Sobre a questão das despesas correntes colocada pelo membro José António Silva confirmou que elas cresceram ao contrário do que aconteceu com o exercício de 2006 para 2005, devido a um aumento de quinhentos e oito mil euros da rubrica aquisição de serviços porque a CM tem vindo a protocolar com as IPSS's do Concelho e as Juntas das Freguesias tudo o que são actividades extracurriculares, alimentação escolar e transportes escolares dos alunos do 1.º ciclo e é através dessa rubrica que lhe é dado o movimento financeiro. Informou que o referido aumento se deve: - trezentos e trinta mil euros a refeições escolares e as AEC's; - sessenta e três mil euros ao encargo de cobrança por parte da Direcção-Geral de Impostos; - setenta mil euros de acréscimo de transportes escolares e vinte e cinco mil euros de aumento de encargos com as instalações, justificando assim este acréscimo das despesas correntes. Referiu que na questão de pessoal há uma diminuição de treze mil euros, 0,49%, que é mais importante uma vez que houve um aumento de pessoal, e está publicado em Diário da República, do ano de 2006 para 2007 de 1,5%. Que está a falar de uma poupança efectiva de quase 2%, e tirando quarenta e sete mil euros de encargos da CM com a ADSE, com pagamento de prestações de saúde com os funcionários, e que se houvesse um seguro de saúde a diminuição dos encargos com pessoal seria na ordem dos 2,20%.

_____ O membro José António Rocha referiu que o ideal para o PSD

era que não houvesse apreciação das contas e fossem votadas a favor por todos, sem qualquer discussão e fossem todos embora. Lamenta que não seja assim e que este ano se repita aquilo que já fizeram há dois ou três anos a CM não apresentar as Contas. Evidenciou que as contas não estão tão sãs como o Vereador Rui César quer fazer parecer, porque não é verdade que tenham conseguido melhorar todos aqueles índices que o PS tem vindo a apontar como pontos críticos, pontos negativos, salientando que a dívida é indiscutível, a despesa com pessoal, e outro factor que têm apontado e tem a ver com o Planeamento que é a mentira das previsões. Apresentou um gráfico com a indicação dos valores que o Executivo planeia e com os valores de execução, citando que no Orçamento de 2008 prevêem executar em termos de receita e em termos de despesa 30 milhões de euros, mas a média que tem sido desde 2001 é de apenas 10 milhões euros, um terço. Que esta crítica tem sido feita repetidamente desde há 6 ou 7 anos atrás, que se mantém para 2008, e confirma-se agora em relação a 2007. Exemplificou que em termos de despesa corrente executaram cerca de 60%, e a despesa de capital ficou em 20% depois no global dá 32%, o referido terço. Teceu comentários ao Relatório de Gestão citando que há uma contradição entre o exarado no relatório onde refere "...a actividade das Autarquias locais manteve-se fortemente condicionada pelos desígnios de contenção orçamental que o País tem estado sujeito..." e que por conseguinte a actividade da Câmara Municipal também esteve condicionada o que depois o próprio relatório desmente porque assiste-se a um aumento das transferências do Orçamento de Estado para a Autarquia. Focou o aumento do IMI, o aumento do IMT, receitas que não têm a ver propriamente com a actividade municipal, mas sim aquilo que a Câmara quer chamar de contenção orçamental. Contestou a referência feita de que a dívida a fornecedores sofreu uma forte redução de 18%, ou seja 2 milhões e seiscentos mil euros, e que o Grupo Político do PS tem dúvidas que tenha havido essa diminuição conforme foi questionado por Antero Gaspar. As suas opiniões são que houve uma alteração em termos de contabilização porque no Balanço passam a ter 5 milhões e 800 mil euros em proveitos diferidos, quando no ano passado tinham 2 milhões e 500 mil euros, sendo esses 2,5 ou 3 milhões que não estão explicados

e gostariam de ver esclarecido. Em relação ao balanço pediu para ser esclarecido como é que aparecem resultados transitados de menos 12 milhões de euros quando no ano anterior não há qualquer valor, por outro lado no activo no ano anterior tinham 10 milhões em viação rural e este ano aparece sem qualquer valor. Sobre o IMI disse que houve um aumento, cerca de 20% e que ultrapassou as previsões em 21%, dando razão ao Partido Socialista que no ano passado apresentou proposta para uma taxa mais baixa, contrariando a posição do Vereador Rui César que na altura dizia que a CM ia perder dinheiro, e quem está a pagar a crise são todos os paivenses. Ao contrário do que o Executivo diz a despesa aumentou, e a despesa corrente disparou para cerca de 5 milhões e 500 mil euros, mais 14,5% que no ano anterior. Salientou que o aumento das receitas foi por via externa e não directamente da actividade da Câmara e das suas taxas e outras receitas correntes/serviços onde se ficou por 11% e 18%. Em termos de mapas de resultados transitados ou da demonstração de resultados o Grupo do PS assinala uma diminuição do resultado líquido para cerca de 70% do valor do ano anterior. Que há um aumento com os custos extraordinários, com os custos financeiros onde é significativo porque passa de 150 mil euros para 494 mil euros, um aumento de 220%. Em relação às despesas com pessoal disse que também não é bem como referiu o Vereador Rui César porque pensa que há um erro, que pode ser pequeno em termos nominais mas é grande em termos relativos. Estes encargos continuam a ser a rubrica com mais significado e que sofreu uma variação negativa de 13.871,00 €, 1%. Citou que a sua referência ao erro, e esteve a fazer as contas, é que a variação não é de 1%, mas sim de 0,49%, querendo fazer-lhes parecer que o aumento é mais do dobro. Reforçou que pode ter diminuído aqueles 13 mil euros em pessoal, mas em contrapartida aumentaram a contratação administrativa e se fizerem as contas fica bem menos porque em termos de contratação em 2006 haviam 87 mil euros e este ano são 96 mil euros, sendo mais 9 mil e se os subtraírem aos 13 mil ficam apenas 4 mil.

O membro Antero Gaspar sobre a questão prévia quer saber se a resposta que foi dada é definitiva ou vão ser esclarecidos. Pediu ao Executivo para chamar a D. Elisabete Nobre, responsável técnica pela

elaboração dos documentos, para lhes mostrar a relação da conta 268 e das outras que concerteza são parcelas pequenas, e em dois minutos consultam essa lista de projectos e acções. Em relação aos documentos obrigatórios que são os que constam na lei disse que os membros da Assembleia pelas suas competências, podem consultar os outros desde que solicitados. Referiu que enquanto foi Presidente da Câmara o técnico que elaborava a Conta de Gerência estava sempre presente na Assembleia para esclarecer tecnicamente os movimentos das verbas e prestar esclarecimentos. Ao ouvir nesta AM os políticos dizerem que isso são questões técnicas que não sabem nada disso, e não esclarecem, insistiu novamente se a Câmara ia fornecer e que em 2 minutos viam essa relação detalhada das acções e projectos que em 2006, em outros credores, tinha um valor de 1 milhão 872 mil euros e em 2007 tem 12 mil e 800 euros, questionando o que aconteceu. Perguntou porque é que em 2006, 2005 e 2004 a conta 274 proveitos deferidos, tem sempre, aproximadamente, um valor igual de 2 milhões 583 mil euros e porque em 2007 essa conta passa a ter um valor de 5 milhões 846 mil euros, uma diferença de cerca de 2 milhões e 300 mil euros, interrogando o que foi transferido, o que foi lançado e o que fez aumentar esse valor e assim como também o que fez diminuir as contas 262, 263, 267 e 268, outros credores. Reforçou a necessidade de analisarem se os lançamentos que foram feitos ou os pagamentos foram efectivamente feitos porque de acordo com o que diz o Relatório de Actividades há uma discrepância e nesse texto político, da responsabilidade da CM, que deve ter sido feito com base na informação técnica pode haver erros, mas que não sejam intencionais porque se for intencional dizer que se liquidou 2 milhões e 600 mil euros durante 2007 e se de facto não foi pago, apenas pago uma importância pouco significativa, isso deveria ser explicado no Relatório. Opinou que isso não deve ter acontecido porque não se fazem liquidações sem dinheiro, deve ser uma liquidação virtual.

O Vice-Presidente da Câmara, Rui César Castro, disse ao membro Antero Gaspar que ele já tinha colocado aquela questão ao Auditor aquando da apresentação, na sessão extraordinária da AM de 5/12/2007, do Plano de Saneamento Financeiro, e foi-lhe explicado qual

era o lançamento que ia fazer até final do ano e que era exactamente o valor que mencionou. Valor esse que está previsto no Plano de Saneamento Financeiro para dívidas a terceiros reportada a 31 de Dezembro e é superior ao valor que apresentam no Relatório e Contas. Afirmou que a questão já está respondida e Antero Gaspar já a soube quando colocou a questão ao Auditor e que também sabe que o valor que está de dívidas a terceiros, que é reportado à DOMUS e ao Ministério das Finanças, de 14 milhões 190 mil euros, é inferior ao valor do saneamento financeiro. Sobre a intervenção de José António Rocha disse que é verdade que não aparece 10 milhões de euros em viação rural e a informação que lhe foi dada pelos serviços é que através da integração que existe neste momento a nível patrimonial e a nível de lançamentos na Contabilidade esse valor não foi possível inserir à data de 31 de Dezembro na aplicação do Balanço e já está restituído. Citou que o fundamento de José António Rocha para as contas é a baixa execução do Plano porque as despesas com pessoal diminuíram, e a dívida é menor do que estavam à espera. Referiu que na gestão socialista a Câmara Municipal em 1992 teve uma execução de 23%, em 1994 de 25%, e em 1995 de 30% por isso poderão votar favoravelmente as contas porque têm uma execução de 33%. Relativamente ao aumento da despesa corrente já explicou que se prende com as despesas associadas à primeira infância, transporte, alimentação e às AEC's, e que quando o vê na Assembleia a comentar a falta de lâmpadas num monitor numa escola do 1.º ciclo, e com esta justificação que está a dar para o aumento concerteza que ele irá bater palmas. Citou que o Secretário de Estado da Administração Local opinou que essas despesas não são despesas, são investimentos no futuro. Rebateu a afirmação que quem está a pagar a crise são os paivenses.

O membro Antero Gaspar disse que continuava a insistir se a CM definitivamente lhes vai dar a oportunidade de consultar o que solicitou, pedindo uma resposta.

O Vice-Presidente da Câmara, Rui César Castro, respondeu se a Assembleia assim o decidir, a decisão não é da CM.

O membro Antero Gaspar solicitou ao Presidente da Mesa da Assembleia para pedir à Câmara se lhes permite consultar, em dois

minutos, a relação desses projectos, que segundo o Vereador Rui César, o responsável pelo estudo do saneamento financeiro informou na sessão de 5/12/2007, a uma pergunta de Antero Gaspar, que foi a seguinte: - como é que era possível em Dezembro de 2007 a CM ter uma dívida de quase 18 milhões de euros e passado 7 ou 8 meses passar para 14 e tal milhões de euros." Acrescentou que a resposta que lhe foi dada entra em contradição absoluta com o Relatório de Actividades, porque o Auditor referiu que a contabilidade da Câmara estava a ser mal elaborada porque estavam a afectar determinadas verbas a outros credores quando deveria ser afectada a outra conta, e em vez de ser na conta 26, passar para a conta 27, ou às rubricas adstritas a cada uma dessas contas. Disse que está escrito na acta de 5.12.2007, e fez a sua leitura: - "*... na rubrica 26 outros credores estavam grosso modo 2 milhões e 800 mil euros, próximo de 3 milhões de euros que correspondiam a subsídios ao investimento, numa linguagem contabilística deveriam ser contabilizados na conta 27 subsídios ao investimento, só que os responsáveis pela contabilidade com desconhecimento contabilístico registavam as comparticipações recebidas como passivo daí que na conta 26 figurasse no passivo não é nada passivo na ordem de 2 milhões e 800 mil euros, esse valor foi transferido para a conta 27, daí se justifica o diferencial de 3 milhões ...*". De seguida leu o seguinte trecho que a CM escreveu no Relatório de Actividades: - "*... que o esforço da contenção efectuado pelo Município em 2007 é notório ao nível da sua dívida total que diminuiu cerca de 2,6 milhões euros, em relação ao ano anterior.*" Chamou a atenção dos membros da Assembleia para a contradição e que o lançamento que foi feito ainda é superior aos 2 milhões e 600 mil euros, o que significa que a dívida em vez de diminuir, aumentou 200 mil euros.

O Presidente da Assembleia disse que lhe foi colocada uma questão e perguntou à CM se havia possibilidade de fornecer os documentos pedidos por Antero Gaspar.

O Vice-Presidente da Câmara, Rui César Castro, disse que não sabia exactamente quando, terá que ver administrativamente e não será por causa disso que se deixa de analisar as contas. E a explicação é que

efectivamente Antero Gaspar já sabe a resposta.

O Presidente da Assembleia disse que teria que colocar a questão ao Plenário e que a informação que foi dada é que no momento não é possível e não está disponível. Continuam o debate sem esses elementos e se Antero Gaspar sabia que esses documentos eram importantes e imprescindíveis deveria tê-los solicitado antes.

O membro Antero Gaspar retorquiu que é só chamar a Chefe dos Serviços, Elisabete Nobre, que ela tem isso à mão.

O Presidente Assembleia disse que tinha um pedido, do Grupo Municipal do PSD, para um intervalo de cinco minutos. Foi concedido o intervalo.

Reiniciados os trabalhos.

O membro Antero Gaspar perguntou qual era a resposta do Presidente da Câmara.

O Presidente da Assembleia informou de que no momento não era possível a cedência dos documentos ou a vinda da funcionária.

O membro Antero Gaspar face à indisponibilidade referida apresentou, em nome do Grupo do PS, um Protesto veemente em relação àquele tipo de comportamento da Câmara, porque é de opinião que é a Câmara que está a transmitir ao Presidente da AM para que seja assim.

O Presidente da Assembleia acrescentou que se o membro Antero Gaspar achava que era importante deveria ter requerido antes.

O membro Antero Gaspar disse que a informação é extremamente importante e que ao não possibilitar a consulta aos membros da Assembleia pode ter significado, e tem de dizer de forma aberta e clara, que os dados da Conta de Gerência estão falseados. Que esta é a conclusão que têm que tirar em virtude da rejeição, por parte da CM, em fornecer uma folha A4 com os projectos e as acções das contas outros credores e das contas proveitos diferidos. A sua conclusão é que há falsidade nos dados e que mesmo sem esse facto existe já, à partida, uma incongruência, um desajustamento entre o Relatório de Actividades e aquilo que foi referido pelo Auditor, em tempos, no processo de pedido de financiamento de empréstimo pela Câmara. Esse desfasamento de valores descredibiliza o texto do Relatório de

Actividades que não é correcto, não é sério aquilo que lá é referido relativamente à diminuição da dívida de 2 milhões e 800 mil euros e que o Executivo deve esclarecer efectivamente a actividade municipal e essa redução da dívida, expondo com toda a verdade o que efectivamente se passou em 2007. De que no seu entender e do Grupo Municipal do PS a Conta de Gerência afigura-se com falsidade, sem conteúdo, sem qualquer credibilidade para poderem fazer uma análise séria, responsável e tudo isso porque a Câmara insiste em não permitir a consulta dos projectos e acções que foram objecto de uma eventual transferência, e porque não sabem porventura se essas transferências foram feitas, ou esses lançamentos e se do ponto de vista da legalidade deveriam ter sido feitos. Acrescentou, que ao mesmo tempo do voto de protesto, faz um requerimento, uma proposta à Mesa: - *“De que tendo em consideração a nossa solicitação de elementos necessários a consultar relativamente à Conta de Gerência e terem-nos sido recusados e não poderemos, face a essa rejeição, analisar com verdade, com correcção, e com justeza, a Conta de Gerência e o próprio Relatório de Actividades, a proposta que faço é que seja remetido ao Inspector-Geral da Administração das Autarquias Locais aquilo que aqui se passou relativamente a esta rejeição e à impossibilidade de podermos analisar com verdade e com correcção os documentos relativos à Conta de Gerência e ao Relatório de Actividades. E que também face a estas dúvidas que prefiguram a falsidade e a interpretação errada contabilística que foi feita no âmbito do Processo de Empréstimo em curso, a sua visualização, ou para a sua aprovação no Tribunal de Contas que seja também enviado ao Tribunal de Contas aquilo que hoje aqui se passou”*. Esta é uma proposta clara que faz à Mesa.

O Presidente da Assembleia pediu a Antero Gaspar para se deixar de considerações e que fosse ao assunto em questão. Que ele por tudo e por nada envia assuntos para a IGAT e que vai ser o Tribunal de Contas quem vai julgar as Contas da Câmara, que pode ficar descansado.

O membro Antero Gaspar, ainda no seguimento da sua anterior intervenção, solicitou para que a Câmara Municipal lhe forneça, ao Grupo Socialista na AM, cópia da relação detalhada das contas que

referiu relativamente a outros credores e aos proveitos diferidos. Disse que face á questão e às dúvidas que foram levantadas perante a rejeição, o Grupo Socialista nesta Assembleia não vai poder, de forma alguma, participar na votação deste ponto.

O Grupo Municipal do Partido Socialista retirou-se da sala antes da votação.

Finda a discussão, o Presidente da Assembleia, estando presentes dezasseis dos seus trinta membros que compõem a Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, alínea c) do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, submeteu à votação os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2007 e sobre os quais a Assembleia deliberou por unanimidade, com os votos do Grupo Municipal do PSD e do candidato independente Presidente da Junta de Freguesia da Raiva, aprovar os referidos documentos.

O membro Antero Gaspar em nome do Grupo Municipal do P.S. apresentou a seguinte declaração: - *“O Grupo Municipal dos eleitos do P.S. nesta A.M. decidiu não participar no necessário debate e votação do ponto 2 da ordem de trabalhos – Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2007. Esta posição do GM dos eleitos do PS deve-se ao facto de ter sido rejeitado, liminarmente, pela Câmara Municipal, o pedido de consulta requerido nesta A.M. dos seguintes documentos: - relação detalhada de acções e projectos que deixaram de constar das “contas – 262/263/267 e 268 – Outros Credores”, no ano de 2007 relativamente ao ano anterior de 2006; - relação de acções e projectos que constituem a “conta 274 – Proveitos diferidos”, referente aos anos 2006 e 2007. É estranho que a “Conta Outros Credores”, apresente uma diferença tão significativa de valores no ano de 2007 comparativamente com 2006 ou até em relação aos anos anteriores. Em 2006 apresentava um saldo de € 1.872.522,16, enquanto que em 2007 o valor apresentado é de € 12.811,94. Também é estranho, que a Conta - Proveitos Diferidos apresente um saldo de € 5.846.450,90 em 2007, quando nos anos anteriores 2006, 2005 e 2004 apresentou sempre um valor de € 2.583.486,42. afirmar no texto do Relatório de Gestão de 2007, que “o esforço de contenção efectuado pelo Município em 2007 é notório ao nível da sua Dívida Total que diminuiu cerca de*

2,6 milhões de euros em relação ao ano anterior", não parece corresponder aos valores orçamentados na Conta de Gerência respectiva. Impossibilitados de consultar os documentos solicitados à Câmara Municipal, os eleitos do P.S. na A.M. apresentam um veemente protesto face à atitude da Câmara Municipal, caracterizando-a de rejeição intencional, parecendo até significar estar-se perante elementos menos credíveis ou duvidosos nos lançamentos e eventuais alterações contabilísticas realizadas durante o ano de 2007. Assim, os eleitos do P.S. na A.M. requerem: - à Câmara Municipal – cópias dos referidos documentos (da Conta – Outros Credores e da Conta – Proveitos Diferidos): - à Mesa da Assembleia Municipal – a remessa, de todos os documentos relativos a esta matéria, incluindo o Relatório de Gestão e Conta de Gerência de 2007, ao Inspector Geral das Autarquias Locais, ao Director Geral das Autarquias Locais e ao Tribunal de Contas. Estando em apreciação, no Tribunal de Contas, um pedido de Empréstimo de € 7.500.000,00, impõe-se a clarificação de todas as dúvidas levantadas, remetendo-se, com a brevidade possível, todos os elementos necessários à respectiva análise das Entidades referidas.

3. REGULAMENTO DO CARTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CASTELO DE PIVA. APROVAÇÃO.

____ A Câmara Municipal de acordo com a sua deliberação em reunião de 14/04/2008, solicita à Assembleia Municipal a aprovação do Regulamento em epígrafe, que se dá aqui como integralmente reproduzido e fica arquivado na pasta anexa a esta acta.

____ O Presidente da Câmara Municipal prestou os esclarecimentos necessários.

____ A Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, deliberou por unanimidade aprovar o referido Regulamento e respectivos anexos.

4. TOMADA DE POSIÇÃO. PORTAGENS NA SCUT DO GRANDE PORTO.

____ Presente o ofício n.º 344/08, de 26.03.2008, da Comunidade Urbana do Vale do Sousa, através do qual enviam a seguinte minuta de proposta: - "TOMADA DE POSIÇÃO - PORTAGENS NA SCUT DO

GRANDE PORTO. Como é já do conhecimento público, desde Outubro de 2006 que o Governo tem vindo a anunciar a introdução de portagens em algumas das auto-estradas actualmente a funcionar em regime de SCUT (Sem Custos para o Utilizador). Entre as auto-estradas que receberão a introdução de portagens encontra-se a SCUT Grande Porto, na qual se inserem a A41 e a A42, que atravessam parte do território do Vale do Sousa. Para sustentar a decisão de aplicação de portagens e para identificar quais os troços e/ou SCUT's onde tal deveria acontecer, o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações definiu três critérios base, cujo seu cumprimento cumulativo constituiria condição para a aplicação de portagens: - Índices de Disparidade do PIB per capita regional: o Governo definiu que a aplicação de portagens apenas deveria acontecer se o PIB per capita regional fosse igual ou superior a 80% da média do PIB per capita nacional; - Índice do Poder de Compra Concelhio: o Governo definiu que a aplicação de portagens apenas deveria acontecer nos casos em que o IPCC fosse igual ou superior a 90% da média nacional; - Tempo de Percorso das Vias Alternativas: foi definido que se o tempo de percurso das vias alternativas não ultrapassasse um índice de referência de 1,3 vezes o tempo de percurso associado a cada SCUT deveria haver lugar à introdução de portagens. Tendo por base os critérios definidos pelo Governo, e muito embora, desde há muito, os municípios tenham tomado posições públicas quanto à necessidade de introduzir medidas de descriminação positiva nesta matérias nomeadamente em relação àqueles cuja acessibilidade principal à Área Metropolitana do Porto se processasse através da SCUT Grande Porto, ressalta à evidência de que o Vale do Sousa, bem assim como a região NUTS III Tâmega, não cumpre com nenhum desses critérios, pelo que se estranha a inclusão dos troços que servem municípios como Paredes, Paços de Ferreira, Lousada ou Felgueiras, no conjunto dos que virão a receber a introdução de portagens. Da análise daqueles critérios resulta que: - O PIB per capita do Vale do Sousa, bem como o de toda a NUTS III Tâmega, situa-se abaixo dos 75% da média nacional, tal como resulta da análise dos mapas que suportam o próprio estudo do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, pelo que não se encontra,

portanto, cumprido este critério; - O Índice do Poder de Compra Concelhio médio dos municípios do Vale do Sousa é de 64,48% da média nacional, sendo que o da NUTS III Tâmega é ainda mais baixo - 61,6%, (dados do INE relativos a 2005) e isso mesmo se encontra comprovado no estudo do MOPTC, pelo que não se encontra, igualmente, cumprido este critério; - O cálculo do Tempo de Percorso das Vias Alternativas à SCUT do Grande Porto encontrase muito pouco detalhado e apresenta condicionantes evidentes: foi calculado o tempo de percurso entre a Câmara Municipal de Felgueiras e a Câmara Municipal do Porto, utilizando, como alternativa à SCUT, a ER207 e a ER105. Ora como se sabe, estas estradas há muito que deixaram de ser ligações viárias entre localidades, assumindo-se, hoje, como rede viária urbana, nomeadamente pelo número de semáforos, cruzamentos, passadeiras e zonas de velocidade limitada existentes. Além disso, alguns troços daquelas vias já nem sequer pertencem à rede nacional de estradas, sendo já mantidas e geridas pelos Municípios, e dessa forma, com a eventual introdução de portagens na A41 e A42, os municípios acima referenciados deixam de ter opções gratuitas na rede nacional de estradas para poder aceder à Área Metropolitana do Porto e à Região do Vale do Sousa, o que é de todo, impensável. Por outro lado, foram feitas medições e trabalho de campo no mês de Agosto, tendo depois sido aplicados factores de correcção pouco claros e que não oferecem garantias de exactidão. Basta reparar no tempo médio de 1h15m. que se obteve no cálculo do percurso entre as Câmaras Municipais do Porto e de Felgueiras, através da ER207 e ER105, e conhecendo a realidade, para ninguém acreditar que seja possível atingir estes tempos de percurso, pelo que entendemos que não se encontra devidamente provado o cumprimento deste critério; Depois de uma análise exaustiva aos estudos encomendados pelo MOPTC, verifica-se que, no caso da SCUT do Grande Porto, foram introduzidos mecanismos de correcção e análise que claramente distorcem os resultados e que apresentam índices estatísticos claramente artificiais. Basta atentar no seguinte: são apenas 6 os concelhos atravessados pela SCUT - Matosinhos, Maia, Valongo, Paredes, Paços de Ferreira e Lousada; no entanto, para cálculo dos indicadores, consideraram-se

como também servidos concelhos como o de Espinho, Póvoa de Varzim, Vila Nova de Gaia, Amarante, Fafe ou Guimarães. Ou seja, foram contabilizadas, para efeitos de cálculo dos índices do PIB per capita e do IPCC regionais, as NUTS III Grande Porto, Tâmega e Ave. Se atentarmos no quadro seguinte percebemos claramente que os indicadores sofrem do chamado "efeito estatístico", isto é, a aplicação de médias ponderadas tornam artificiais os valores obtidos para os Municípios e NUTS III mais pobres.

<i>NUTS III</i>	<i>PIB per capita</i>
<i>Grande Porto</i>	<i>102,5%</i>
<i>Tâmega</i>	<i>49,2%</i>
<i>Ave</i>	<i>76,6%</i>

Pelo exposto e considerando

- que o Governo parece manter o propósito de introduzir portagens na SCUT Grande Porto; - que, a concretizar-se, essa decisão representa uma gravosa medida de descriminação da Região do Vale do Sousa e da NUT III Tâmega; - que o Vale do Sousa e a NUTS III Tâmega não cumprem objectivamente nenhum dos critérios definidos pelo Governo, quando bastaria o não cumprimento de um deles para que a aplicação de portagens ficasse sem efeito; - que os indicadores estatísticos obtidos resultam da aplicação de simples médias ponderadas, tornando os resultados artificiais e desajustados da realidade deste território; - que Sua Excelência, o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações tem manifestado vontade e disponibilidade para dialogar com os Municípios afectados. Propõe este órgão: - Um voto de discordância e de repúdio com aquela medida governamental, tendo por base os argumentos atrás expostos, nomeadamente a desadequação da introdução de portagens na SCUT Grande Porto face à realidade socio-económica deste Município, do território do Vale do Sousa e da NUTS III Tâmega onde se integra".

O membro José António Rocha disse que sobre a Moção do IC 35 está de acordo e concorda que se tome uma posição. Em relação à Moção sobre as portagens na SCUT do grande Porto tem dúvidas, e a auto-estrada mais perto de Castelo de Paiva é a A4 que tem portagens, e se a quiser utilizar terá de pagar. As auto-estradas, referidas na

moção, A41 e a A42 atravessam o Vale do Sousa pela parte norte. Referiu que a moção vem da Junta da Comunidade Urbana do Vale do Sousa e que seria lógico a Assembleia da Comunidade Urbana tomar uma posição, porque na semana passada ouve uma reunião desse órgão e o assunto não constava da ordem de trabalhos. Opinou que a Assembleia da Comunidade Urbana deveria tomar uma posição e que terá algumas dúvidas em votar.

_____ O membro Antero Gaspar referiu que a moção da Comunidade Urbana é importante para ser ligada à moção que a Câmara Municipal apresentou hoje sobre o IC 35. Castelo de Paiva debate-se com falta de acessibilidades, os outros que as têm não querem pagar essas acessibilidades e que isso também é preocupante porque deve haver uma certa solidariedade no sentido de tomarem uma posição. Mencionou que são favoráveis que os custos das portagens, sobretudo das SCUT's, e tendo em conta o índice de poder de compra das populações e também das alternativas existentes, que em determinadas zonas do País não sejam confrontadas com esses encargos. Citou que houve alturas em que o poder era PSD e queriam que as portagens fossem aplicadas em todas as SCUT's independentemente do poder de compra e das alternativas. Disse que os Paivenses não se incomodariam de pagar portagens se tivessem acessibilidades do tipo daquelas em que vão tomar uma posição que julga vai ser favorável e que nessa questão estão de acordo. Em relação a Csatelo de Paiva entende que aqueles Municípios que agora estão a pedir ajuda em termos de pressão também devem ter uma palavra de agrado em relação ao IC 35 e que a Comunidade Urbana do Vale do Sousa tendo em conta que essa acessibilidade é fundamental, e nesse âmbito, pensa que deve ser concertada uma posição.

_____ O Presidente da Câmara mencionou que a Comunidade Urbana do Vale do Sousa pronunciou-se no dia 14 de Abril, por unanimidade, com um voto de protesto e um pedido de audiência ao Senhor Ministro das Obras Públicas por causa do IC 35 entre Eja e Penafiel.

_____ O Presidente da Assembleia reforçou que era importante a Assembleia da Comunidade Urbana pronunciar-se sobre este assunto, porque não sabe se já o fez, e também porque vão ser solidários com

eles, devendo haver reciprocidade da parte deles, e está convencido que assim será.

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com vinte e cinco votos a favor, e duas abstenções aprovar o voto de discordância e repúdio acima mencionado.

4.1. MOÇÃO SOBRE O IC 35.

Presente a seguinte “**Moção sobre o IC 35**”, aprovada em reunião de Câmara Municipal por unanimidade, sob proposta do seu Presidente:

- “Desde a publicação do Plano Rodoviário Nacional 2000 que existe a intenção de construção do IC35 entre a A4, em Penafiel, e Sever do Vouga, no antigo IP5. No Governo do Dr. Durão Barroso foi aberto o concurso para o Estudo Prévio do IC 35, entre Eja e Sever do Vouga. Sabe-se também que o projecto do IC 35 no troço compreendido entre a EJA e a A4, em Penafiel, foi lançado muito tempo antes. Por outro lado, o IC 35 é uma obra fundamental para aproximar Castelo de Paiva ao Grande Porto. Actualmente, por factos que desconhecemos está a ser atrasado decisivamente a construção do IC35. Tenho documentos na minha posse e oriundos das Estradas de Portugal que provam que existem troços do IC 35 mais próximos da EN 15 e da EN 106 que têm a avaliação de impacto ambiental e o projecto de execução concluídos ou em estado avançado desde o início de 2006. O atraso na construção do IC 35 tem colocado em causa muitos investimentos no nosso concelho. Numa altura em que proliferam por todo o País as concessões e o lançamento de novos IP's, IC's e auto-estradas, nunca pensei que o actual Governo não fosse solidário com o único concelho do Vale do Sousa que nesta data ainda não tem nenhuma ligação a um IC, IP ou a uma auto – estrada. Considerando que a sua concretização era já um compromisso do Governo do Engenheiro António Guterres; Considerando que existe um compromisso assumido na visita efectuada a este concelho por parte do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Dr. Paulo Campos em 2005; Considerando que o cenário que actualmente a tutela nacional na área das acessibilidades nos apresenta, não prevê que nos próximos anos o IC35 esteja construído; PROponho a aprovação de uma moção junto do Governo e das Estradas de Portugal no sentido de nos ser garantido que a empreitada

do IC 35 entre Entre-os-Rios e a A4 em Penafiel seja posta a concurso no ano de 2008 tendo em vista a sua execução em 2009 e que se leve esta decisão ao conhecimento dos Executivos Municipais e forças partidárias existentes em Cinfães, Marco de Canavezes e Penafiel solicitando solidariedade dos mesmos para esta causa. Castelo de Paiva, 14 de Abril de 2008".

____ A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a Moção acima transcrita.

5. PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

____ O Senhor António Álvaro Costa Duarte, residente na Rua Dr. Ribeiro Chaves, Freguesia de Sobrado, em representação do Rancho Folclórico de Castelo de Paiva deu conhecimento de que foram expulsos das instalações da ADEP e das instalações da Fábrica da Manteiga, ficando privados de sede e da sala de ensaio. Solicitou ajuda à Assembleia Municipal.

____ O Presidente da Assembleia disse que dentro das possibilidades estariam disponíveis para ajudar e que conjuntamente com a Câmara Municipal irão analisar a questão.

____ O Senhor Álvaro da Cunha Miranda, residente em Oliveira do Arda, Freguesia da Raiva, citou que a Câmara Municipal tem uma dívida à sua empresa Edipaiva de cerca de 30 mil contos. Referiu-se aos terrenos onde está instalado o Pavilhão do Loureiro, na Freguesia da Raiva e que a sua edificação foi em cima do caminho público; mencionou que a Quinta das Fontainhas era atravessada por dois caminhos públicos de acesso ao porto fluvial e que esses caminhos foram entregues a investimentos particulares. Questionou como o Sr. Presidente da Câmara vai recuperar os terrenos do domínio público anexados ao Bairro Social Luís Aranha, e no caso de recuperados a casa do Senhor Manuel Moreira não cabe no respectivo lote e que também à falta de lugares de estacionamento naquela zona, dificultando o trânsito. Fez referência a uma exposição que entregou sobre o Vale Diogo, à desordem nos ramais de ligação de águas residuais e a não reposição dos respectivos pavimentos.

____ Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, pelas 12.45 horas, dela se lavrando a presente acta,

que foi aprovada em minuta, por unanimidade, nos termos do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, para efeitos imediatos. _____

_____ E eu _____ Assistente Administrativo
da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, a redigi e subscrevi. _____
